



A educação pública merece respeito!

Assim se constrói uma nação: 10% do PIB já para a educação

Não dá mais para aguentar. O descaso dos governantes com a educação pública chegou ao limite. Péssimos salários para os que nela trabalham. Jornadas estafantes. Salas de aula superlotadas. Escolas detonadas. Infraestrutura destruída. Falta de universidades estatais e as poucas que existem sucateadas. Falta de professores e funcionários. Enfim um desastre total. Quem perde com isso, além dos trabalhadores em educação, são os estudantes e principalmente a população trabalhadora que tem seus filhos na escola pública.

A causa disso é fácil de ver e bastante palpável. O investimento em educação do governo federal e dos governos estaduais e municipais são irrisórios, minúsculos para a necessidade do país. De acordo com a UNESCO, foi destinado apenas 4% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil na Educação. Enquanto isso para o pagamento da "dívida pública", nome pom-

poso para o que o Brasil paga aos "coitadinhos" dos banqueiros nacionais e internacionais, são destinados 23.4% do PIB, segundo o próprio Tesouro Nacional. Mesmo que o governo invista agora os 10% do PIB na educação, estará bem abaixo do que ele já destina aos banqueiros.

Banqueiros recebem mais que educação - A consequência disso se reflete nos orçamentos do governo federal e dos governos estaduais e municipais. Praticamente metade do orçamento da união (49%) está destinado à "dívida pública", apelido carinhoso que o governo e a mídia dão para os agiotas nacionais e internacionais. Já a educação recebeu a "estrondosa" parte de 2,96%. Traduzido em dinheiro, R\$ 954 bilhões foram para os banqueiros e R\$ 56 bilhões foram para a educação. A maioria dos estados e municípios não destina o mínimo do orçamento definido pela constituição para a educação. O argumento esfarrapado

é que falta dinheiro. O que falta é vergonha na cara e prioridade. O Brasil, 7ª economia do mundo, está em 93º lugar no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na área da educação. É um dos países com os piores investimentos: o custo médio por aluno é de 960 dólares por ano. Botswana, país pobre da África, investe 2.203 dólares por aluno. (veja quadro).

PNE - Está no Congresso Nacional o PNE (Plano Nacional de Educação). Ele define as metas do país no setor para os próximos dez anos. O prazo previsto para a votação dos deputados é novembro. O governo Dilma está propondo aplicação de 7% do PIB em... (acreditem)... 2020. Este índice já era previsto pelo PNE atual para 2010, mas não foi cumprido. Assim como não foram cumpridas as metas do plano daquele período (veja quadro). Além disso, parte considerável das já pequenas verbas destinadas à educação é repassada



para o setor privado, engordando seus lucros.

Por isso é fundamental a união de todos na campanha pela aplicação dos 10% do PIB do país na educação já. Isso significaria aplicar R\$ 367 bilhões

na escola pública e nada desse dinheiro para os tubarões do ensino privado. Vamos unir os homens e as mulheres que trabalham na educação, os e as estudantes, os pais, enfim, toda a classe trabalhadora

que precisa de uma educação pública de qualidade. Do norte ao sul, do leste ao oeste do país, uma voz só deve ser ouvida, vamos buscar o que é do povo: 10% do PIB já para a educação pública!

Veja o fracasso do Plano Nacional de Educação de 2001-2010

Metas do PNE 2001-2010: Erradicar o analfabetismo

O que aconteceu de verdade: Em 2010, cerca de 9,7% da população brasileira continua analfabeta e quase 25% da população não entende o que lê.

Metas do PNE 2001-2010: Reduzir em 50% a taxa de repetência e evasão

O que aconteceu de verdade: Atualmente 1 em cada 10 crianças ou jovens brasileiros deixam a escola para trabalhar e 50% dos alunos estão atrasados na escolas.

Metas do PNE 2001-2010: Incluir 30% dos jovens no ensino superior.

O que aconteceu de verdade: Menos de 15% dos jovens estão nas universidades.

Metas do PNE 2001-2010: Ofertar 40% das vagas no ensino superior nas universidades públicas.

O que aconteceu de verdade: Apenas 25% das vagas de ensino superior existentes são públicas. Ao todo, menos de 4% dos jovens estudam nas universidades públicas.

A explicação deste fracasso

No PNE de 2001-2010, o governo federal prometia investir cada vez mais na educação atingindo a meta de 7% do PIB, em até 10 anos. Mas, os anos se passaram e os investimentos não chegaram aos 5% do PIB.

Sem verbas e investimentos suficientes, não há melhoria dos salários dos profissionais, não há equipamentos e materiais necessários à aprendizagem, as salas de aula continuarão lotadas, turmas continuarão sendo fechadas, assim como faltarão professores e funcionários, faltarão vagas na educação infantil, segurança, além de tantos outros problemas.

Brasil investe pouco em educação

Veja o exemplo do investimento anual por pessoa em idade educacional em alguns países

Noruega: US\$ 15.578
França: US\$ 7.884
Portugal: US\$ 5.592
Cuba: US\$ 3.322
Botswana: US\$ 2.203
Argentina: US\$ 1.578
Brasil: US\$ 959

O valor médio aplicado num levantamento em diversos países é US\$ 4.456,00. Para o Brasil atingir este valor precisaria multiplicar por quase cinco os valores gastos atualmente. Se fizesse isso, o país iria aplicar o equivalente a 20% do PIB de recursos financeiros em educação. Ou seja, 10% não é um valor irreal. É modesto!

Fonte: Unesco

O governo gasta somente 2,92% do orçamento com educação

Em 2011, quase metade do orçamento federal está comprometido com o pagamento das dívidas interna e externa. Para os serviços públicos são migalhas.

Dívida pública: 49,15%
Outros: 30,12%
Previdência: 14,28%
Saúde: 3,53%
Educação: 2,92%

Obs: Não confunda PIB com orçamento. O PIB é formado pelas somas das riquezas geradas no país pela indústria, agropecuária e setor de serviços. O orçamento é o quanto o governo pretende gastar de verbas públicas durante um ano por exemplo.

Fonte: Auditoria Cidadã

Em novembro, um plebiscito deve decidir pelos 10% do PIB para a educação pública

Quem deve decidir sobre os 10% do PIB para a educação pública é a população brasileira. São os que dependem da educação pública para formar seus filhos, os professores que nela traba-

lham, os estudantes.

Diversas entidades estão propondo a realização de um plebiscito nacional cujo tema será a aprovação no orçamento do governo de 10% do PIB para a educação pública. A iniciativa vai ocorrer

durante o mês de novembro.

Mas até lá inúmeras ações de campanha estão sendo realizadas. Já foi lançado o blog dezporcentoja.blogspot.com. Além disso, há o manifesto que deve ser assinado em forma de peti-

ção pública para ser entregue nas Assembleias Legislativas e na Câmara Federal (Comissão de Educação e Comissão Especial do PNE).

No mês de setembro foram constituídos comitês locais em escolas e cidades.



Veja o calendário de outubro da campanha:

Dia 15 – Aula Pública sobre financiamento, Por que “10% do PIB para a Educação Pública, já!”? e/ou atividades culturais.

Dias 17 e 18 – Audiência nas Comissões de Educação das Assembleias para entregar o manifesto, divulgar as assinaturas da petição e buscar posicionamento dos parlamentares.

Dia 18 – Envio dos abaixo-assinados e manifesto para a Comissão Executiva, para posterior entrega na Câmara Federal.

Dia 19 – Ida da Comissão Executiva à Câmara Federal, para entrega dos abaixo-assinados, manifesto e petição pública à Comissão de Educação.

Investir nos professores é investir na educação

Do Rio Grande do Sul ao Pará, 10% do PIB para a Educação Pública já!

Brasil assistiu e está ainda assistindo, neste ano, a um levante dos profissionais da educação. Eles se rebelaram em cerca de 20 estados contra a miséria em que foi transformada a educação pública em nosso país. Foram greves e mobilizações imensas em quase todos os estados e municípios importantes. Lutavam e continuam lutando contra os infames salários de fome, jornadas extenuantes, desrespeito ao piso nacional, destruição do plano de carreira, salas superlotadas, escolas destruídas. Enfim, as péssimas condições de trabalho que tanto prejuízo trazem ao ensino no país. Infelizmente não tiveram o necessário apoio da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Estas lutas têm-se enfrentado com uma truculência e intransigência cruel por parte

dos mais diferentes governos. A desculpa é a mesma e surrada falta de verbas, Lei de Responsabilidade Fiscal e mais blá, blá, blá. Negam-se a cumprir a lei do piso salarial (por sinal, de mísero valor: R\$ 1.187,97). Também se negam a aplicar a decisão do STF do cumprimento de 1/3 da jornada em hora atividade fora de sala de aula. Se não bastasse, encabeçados pelo ministro da Educação Fernando Haddad, todos se negam a fazer o plano de carreira, substituindo-o pela “meritocracia e pela avaliação e desempenho”.

A campanha em defesa dos 10% do PIB já para a educação pública é a oportunidade dos trabalhadores em educação de todo o Brasil se unirem cobrando dos governantes e dos parlamentares medidas imediatas. Segundo o próprio MEC (Ministério da Educação), para igualar o salário do professor ao salá-

Para igualar o salário do professor ao salário médio de um profissional com o mesmo grau de escolaridade seria preciso um reajuste imediato de 60% nos salários do magistério => apenas 0,86% do PIB

rio médio de um profissional com o mesmo grau de escolaridade seria preciso um reajuste de 60% nos salários do magistério. Isso equivaleria aumentar os gastos em educação a 0,86% do PIB: em números palpáveis R\$ 25 bilhões, quantia irrisória perto dos R\$ 144 bilhões que o governo repassou recentemente a grupos empresariais via isenções fiscais, de acordo com o Tribunal de Contas da União.



Professores da rede estadual de Minas Gerais em greve há mais de cem dias

Como dizia a velha canção, quem sabe faz a hora, não espera acontecer. E a hora é de somar forças, unir os trabalhadores de edu-

cação de norte a sul. Para garantir salários e jornada decentes, piso salarial, plano de carreira, condições dignas de trabalho e escola pública

de qualidade, vamos buscar a verba que é nossa e é da população que carrega esse país nas costas e têm seus filhos na escola pública.

Ministro da Educação quer acabar com as férias dos professores

Para responder à crise total da escola pública, que se expressou mais uma vez com os resultados do ENEM, o ministro Fernando Haddad apressou-se em defender o aumento dos dias letivos para 220 (atualmente são 200). Rapidamente foi apoiado por setores da mídia. O argumento, falso, é que os dias letivos no Brasil estão abaixo da média mundial.

Para azar do ministro, no mesmo dia, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), à qual o Brasil é filiado, publicou seu relatório anual que prova exatamente o con-

trário: poucos países possuem mais de 190 dias letivos. O Brasil é um deles. Acima de 200 somente a Coreia.

Na verdade, com essa proposta o ministro da Educação busca tentar esconder o pouquíssimo investimento que tanto o Governo Federal, como os governos estaduais e municipais fazem na educação pública.

Essa é a verdadeira causa da falência em que ela se encontra, apesar dos esforços e dedicação feitos pelos que nela trabalham. Aumentar a já extenuante carga de trabalho do magistério, não irá melhorar qualidade do

Veja o quadro de dias letivos em alguns países

Alemanha: 193
Áustria: 180
EUA: 180
Portugal: 175
Brasil: 200

Fonte: OCDE



ensino. Apenas aumentará o índice de doenças psíquicas que atingem 45% dos profissionais de educação, segundo pes-

quisas recentes.

Os professores e professoras de todo o país defendem que o aluno tenha mais atividade na escola.

Isso se faz com a contratação de mais profissionais. Isso se faz, aumentando as atividades culturais, esportivas dentre outras para

nossas crianças e adolescentes. Para isso é necessário mais investimento na escola pública: 10% do PIB já para a educação.